

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL E EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO DA UNIÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA
DO RIO TIQUIÊ - UCIRT - PARI-CACHOEIRA/Am.

Aos oito e nove dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e seis (1986), foi realizada a Assembléia Geral e Extraordinária da União da Comunidade Indígena do Rio Tiquiê, UCIRT, distrito de Pari-Cachoeira, município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, com o fim de, mais uma vez discutir sobre os problemas da nossa sociedade bem como a demarcação de nossa terra e assumir definitivamente sobre a "questão" TERRA para que no futuro ninguém venha acusar um a outro.

Estava, presentes nesta Assembléia Geral e Extraordinária os membros da Diretoria da UCIRT; Sr. Lúcio Miguel Fontes, Presidente; Ovídio Cunha Marinho, Vice-Presidente; Carlos Eugênio Fernandes Machado, Secretário; Líderes Gerais, os senhores: Benedito Fernandes Machado, Pedro Fernandes Machado, Carlos Antônio Fernandes Machado, Henrique Castro, cacique da Vila de Pari-Cachoeira; os demais caciques (capitães) das aldeias e o povo em geral da região de Pari-Cachoeira. Estava também o Sr. Álvaro Fernandes Sampaio, tukano, militante da causa indígena no Brasil.

Feito esclarecimentos iniciais pelo Presidente da Comunidade Indígena, Sr. Lúcio Miguel Fontes, foi dada a ordem da leitura da ata da assembléia anterior.

Desta forma, foi feita a leitura da ata pelo Secretário da Comunidade, Sr. Carlos Eugênio Fernandes Machado. O assunto tópico da ata afirmava que os membros da diretoria que respondiam como Diretoria Provisória passavam a responder na qualidade de Diretoria Titular a partir de trinta de março de mil novecentos e oitenta e seis com mandato de três anos conforme reza o estatuto e, por isso mesmo o povo aclamava seus dirigentes como titulares, os senhores: Lúcio Miguel Fontes, Ovídio Cunha Marinho e Carlos Eugênio Fernandes Machado, nos cargos de: Presidente, Vice-Presidente e Secretário, respectivamente. Explicava ainda o documento que,

o Sr. Carlos Eugênio Fernandes Machado, na qualidade de secretário, havia sido escolhido e aclamado pelo povo no dia trinta de março do ano em curso, substituindo o ex-secretário, Senhor Henrique Velozo Vaz, que por acupar cargo de professor no colégio de Pari-Cachoeira estava incompatibilizado de continuar ocupando o cargo de secretário da comunidade.

Terminada a leitura, o secretário franqueou a palavra para o plenário fazer devidos comentários sobre a ata e como o povo não encontrou assunto em contrário foi aprovada e assinada pela Diretoria.

Continuando a sessão o Senhor Secretário, fez uso da palavra explicando ao público que a Diretoria tinha convocado a reunião a fim de dar devidas informações sobre seu trabalho, a grande e difícil responsabilidade que estava pesando na administração atual devido a invasão de garimpeiros aventureiros brancos na nossa terra provocando violência de ordem social, psicológica, física, econômica, política e cultural e a indefinição das autoridades constituídas sobre os problemas da sociedade indígena, em específico, a questão da demarcação de nossa terra aumentava e acirrava a tensão já existente no nosso meio.

A falta de informação e a devida conscientização de quem realmente pode nos ajudar também prejudicava a nossa sociedade.

Informou ainda que, o Senhor Benedito Fernandes Machado e Carlos Antônio Fernandes Machado já fizeram reunião no dia vinte e nove de abril do ano em curso, no Setor de Trabalho, isto é, no garimpo indígena, onde fizeram relatório da viagem da Diretoria Indígena no período de oito a dezesseis de abril deste ano; por isso, as pessoas que participaram daquela reunião já conheciam os assuntos a expor na atual assembleia. Feito essa exposição o Secretário entregou a palavra ao Senhor Presidente, Lúcio Miguel Fontes.

Novamente com a palavra, o Senhor Presidente da Comunidade Indígena, explicou ao povo a difícil fase por qual estávamos passando e que o mesmo tinha assumido a presi-

dência da nossa sociedade em meio as grandes convulsões e confusões políticas, econômicas e administrativas em virtude da invasão de garimpeiros brancos aventureiros, conhecidos por "peões" na nossa terra; a não definição da delimitação de demarcação da terra pelo governo brasileiro; a inexistência do apoio moral, técnico, econômico das autoridades constituídas do País e a distância a que nos encontrávamos das grandes metrópoles aumentava a tensão e a insegurança no seio da nossa comunidade.

Essa situação só prejudicava a nós, índios, pois estávamos transformando-nos em homens violentos e o governo brasileiro, em nada estava, para amenizar a situação, pois, conosco, o governo só aumentava o problema: Primeiro inventou a palavra "demarcação de terra indígena"; mais tarde o grupo interministerial; "Grupão"; Conselho de Segurança Nacional; faixa de fronteira de 150 km; e agora "Legislação". O novo destino junto aos governantes de nosso Brasil está incerto, negro. Portanto, é importante que a Comunidade Indígena de Pari-Cachoeira, assuma nesta reunião a opinião única, definida e decidida para levar a bom termo, a solução de nossos problemas junto aos nossos governantes máximos do País e/ou de quem realmente possa colocar um ponto final em termos práticos e palpáveis a amenização da nossa atual situação. Afirmou o Senhor Presidente que, os problemas existem para serem solucionados e, por isso, com boa vontade, com espírito de luta e de sacrifício, com a união e diálogo encontraremos o caminho certo.

Informou também que, a Diretoria atual tem feito viagens para Manaus e Brasília para expor os problemas da nossa sociedade junto às autoridades constituídas e nessas viagens é que acompanham os nossos líderes tradicionais e irmãos, os senhores: Benedito Fernandes Machado, Pedro Fernandes Machado e Carlos Antônio Fernandes Machado. Eles, nos acessoram, porque têm estudo, conhecem autoridades, os costumes dos homens brancos e das grandes cidades e sempre estiveram e estão na luta e na defesa dos interesses da nossa sociedade.

Para fazer o relatório da primeira viagem da Diretoria, o Senhor Presidente passava a palavra ao Senhor Henrique Castro, cacique (capitão) da aldeia de Pari-Cachoeira.

Assumindo a palavra o Senhor Henrique Castro informou ao plenário que acompanhou a Diretoria na sua viagem a Manaus no período de 8 à 17 de abril deste ano.

A comitiva era composta pelos Senhores: Lúcio Miguel Fontes, Ovídio Cunha Marinho, Carlos Eugênio Fernandes Machado, Henrique Castro, Benedito Fernandes Machado, Pedro Fernandes Machado e Carlos Antônio Fernandes Machado. De princípio a nossa Diretoria e os líderes tinha viajado para falar com o presidente da FUNAI, Senhor Apoena Meireles e seus sucessores a fim de ver a situação real do posicionamento das autoridades do País em relação aos problemas da sociedade indígena brasileira, em específico, da região do Pari-Cachoeira. Quando chegamos a Manaus, o Presidente da FUNAI, não havia chegado ainda e tivemos que esperar mais dois dias. Nesse espaço de espera, encontramos com o Dr. Octávio Lacombe, Presidente da empresa Paranapanema S/A, bem como os membros da Diretoria desta entidade. Explicou, Henrique Castro, que tinha se negado a ir para reunião com a Diretoria da empresa Paranapanema S/A, porque como todos de Pari-Cachoeira, tinha informações de que a mineradora era a maior destruidora de Índios e, por isso, encontrar-se com a Paranapanema era mesmo que entregar-se ao próprio diabo. Porém, a intransigência dele foi vencida pelos argumentos dos irmãos Machado que orientaram dizendo que a reunião era importante, porque nós, dirigentes e líderes tínhamos por missão testemunhar a verdade e a realidade confrontando-se pessoalmente dentro da casa dos ditos inimigos para tirarmos nossas conclusões finais e levarmos para junto do nosso povo. Assim, ele chegou na reunião, desconfiado, e foi o único que não tocou na bebida oferecida, pois, viu que os demais companheiros confraternizaram-se logo. Sempre arisco, ouviu o Dr. Otávio Lacombe expor a filosofia e política de trabalho da empresa Paranapanema. E o ponto alto da exposição foi a política da boa vizinhança; de auxílio mútuo e harmonia com filho da terra. Contudo, essas colocações não convenciam o Henrique Castro, porque novamente viu seus companheiros de trabalho acatar e aceitar sem argumentar contra. Então, Henrique Castro, na contra-proposta achou por bem fazer relatório histórico indígena que foi traduzido em português, pelo líder Benedito Fernandes Machado. Explicou ainda que, tinha dito aos diretores administrativos da Paranapanema S/A, a luta que os Tukano vinham en-

frentando junto ao governo para definir a delimitação e demarcação da terra e que isso não estava acontecendo e cada dia que passa os problemas aumentavam, a terra diminuía e os índios estavam encurralados. Por isso, é que era difícil para ele acreditar as colocações feitas pelo Dr. Octávio Lacombe e os demais membros da diretoria da empresa.

A essa colocação o Dr. Octávio Lacombe, havia garantido que não tomava terra de índio ou de outros, e mesmo não era contra a demarcação de terra da sociedade indígena, inclusive já tinha até garantido recursos econômicos e materiais para demarcação da terra junto à FUNAI, e só que não foi aceito a sua proposta.

Continuando o relato, Henrique Castro, disse que, o companheiro, o líder Pedro Fernandes Machado, tinha orientado que, as colocações, do Dr. Octávio Lacombe eram ótimas e não tinha nada de criminoso e a nossa sociedade precisava de apoio moral, social, econômico, político e cultural; e, assim, era lógico estudar as razões expostas pela empresa para conseguir o progresso tão almejado por nós.

Essa orientação do líder Pedro Fernandes Machado não foi aceita, porque, ele entendeu que o companheiro já queria dar terra aos brancos. E os demais membros também comentaram favoráveis, e só ele foi irredutível, porque era fiel ao povo. Também falou que o Emílio Prado teria pedido aval da empresa para conseguir motor chupadeira para exploração de curo sem conhecimento e consentimento de nossa diretoria.

Por isso, a empresa negou esse aval, porém a Diretoria Indígena, solicitou especialmente ao Dr. Octávio Lacombe que deu autorização. Foi excessão, falou o relator, porque era para comunidade e não para Emílio Prado. No fim da reunião foi servido o jantar onde cada um conversou diversos assuntos. Assim aconteceu o nosso primeiro encontro com a Diretoria da empresa Paranapanema S/A.

Ninguém fez acordo, nem disse sim, muito menos ninguém recebeu sacos de dinheiro da empresa como comentaram os fofoqueiros e os mal-intencionados, frisou o cacique.

Fomos lá conhecer a outra sociedade, a dita branca, para tirar conclusões reais e unânimes para transmitir a vocês, o povo. Se erramos, é o momento de pedirmos desculpas, terminou.

Prosseguindo o relatório da viagem, o Senhor Henrique Castro, falou que no dia 11 de abril, a Diretoria da UCIRT teve audiência com o Presidente da FUNAI, Senhor José Apona Meireles, onde o assunto principal foi a terra, isto é, a demarcação da terra de Pari-Cachoeira.

Foi perguntado ao Presidente da FUNAI se o problema da nossa terra já estava definido ou em vias de solução ou nada estava sendo feito. O Presidente da FUNAI informou que o estudo de levantamento antropológico e histórico já estava terminando, mas não competia à FUNAI a autonomia de definir e dar resposta decisiva e final, pois a FUNAI, apresentava a proposta da espiração da sociedade indígena e cabia aos escalões superiores do Ministério do Interior, do MIRAD e outras instituições federais a dar resposta final.

Perguntamos, especificamente, quem era este escalão superior do governo federal; então falou que a definição sairia de uma equipe de técnicos dos ministérios, chamado GRUPÃO ou Interministerial, e deste grupo seguiria para os ministros de Estado e deste para o Presidente da República, para homologação final. Nesta conclusão de temas de protocolos apresentados pelo presidente da FUNAI, saímos da audiência com sintomas de frustração. Dessa forma pedimos uma nova audiência para o dia 14 de abril.

Continuando, o Senhor Henrique Castro, falou da visita feita ao Exmº Sr. Governador Gilberto Mestrinho, onde foi exposto os diversos problemas de ordem social, econômico, político, cultural e educacional.

E, como não devia faltar, falamos sobre o problema de demarcação de terra. Foi informado ao governador que, nós, índios, conhecíamos ele como massacrador de índios e inimigo NÚMERO UM da demarcação de reserva indígena, e, isso deixava-nos magoados.

O governador afirmou que, jamais podia ser

inimigo de índio, e dando uma gargalhada seca disse que, ele tinha sangue indígena e quando era criança falava língua geral ou nhegatú; também veio do interior, e na posição de governador tinha que defender o povo amazonense, e melhor do que ninguém o índio. Era amazonense por natureza.

Ele chamava de "gigolô" de índio as pessoas que usavam índios, passando-se por seus defensores para garantir sua promoção profissional e social em benefício particular perante opinião pública. Entre outras coisas o governador garantiu doação de um caminhão, três moto-serras, materiais agrícolas e estudo de novas doações, bem como a promessa de uma visita à nossa aldeia-sede da UCIRT, em Pari-Cachoeira, antes do fim de seu governo.

A nova reunião com o Presidente da FUNAI no dia 14 de abril não apresentou nenhum sentido positivo em relação à demarcação da terra, pois antes, a confusão burocrática era: FUNAI, INTERMINISTERIAL ou GRUPÃO, MINISTROS DO ESTADO e agora: o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL que jamais aprovaria a demarcação de terra indígena em área de fronteira, porque era Zona de Segurança, e na faixa de 150 km não tinha Reserva Indígena. Desse jeito, cada dia que passa a manipulação política cai duro em cima de nosso povo indígena, frisou o cacique.

Para agradar e enquanto organizava a nova manipulação burocrática, o Presidente da FUNAI marcou uma nova reunião para fins de abril ou para início de maio deste ano, porém, quando regressamos a Pari-Cachoeira, o Presidente da FUNAI, Apoena Meireles, tinha deixado o cargo.

Também nessa viagem tivemos a oportunidade de conhecer a área de trabalho da empresa Paranapanema, chamada Pitanga, onde é feita a exploração de Cassiterita.

Conhecemos a infra-estrutura da mineradora e o conceito que apresenta perante a sociedade brasileira. Contudo isso, afirmou Henrique Castro, não vi nenhum índio na área de trabalho, eram todos brancos; só vi um casado com uma carioca e que vive perto do acampamento de trabalho, e esse índio não sabia dizer como é que se encontravam seus demais irmãos.

Após visitar obras e canteiros de trabalho no Pitinga tivemos longa conversa, onde os líderes Benedito Fernandes Machado e Pedro Fernandes Machado tentaram convencer-nos a aceitar a proposta da empresa, mas ninguém chegou a nenhuma conclusão e até o Senhor Presidente, Lúcio Miguel Fontes, ameaçou de deixar a presidência, pois o mesmo estava muito confuso com idéias da atual viagem. Para completar a confusão de idéias, a imprensa de Manaus acusava-nos de cúmplices do movimento guerrilheiro colombiano M-19 e, isso criou-nos novos problemas junto ao governo e tivemos que correr atrás das autoridades do Comando Militar da Amazônia - CMA, da Superintendência da Polícia Federal de Manaus e do Chefe do Serviço Nacional de Informação-SNI, Coronel Guilherme Fregapani, para garantir que, nós, nunca fomos cúmplices do M-19 e que o nosso trabalho sempre fora estar em sintonia com o governo brasileiro. O Coronel Fregapani é aquele senhor que veio aqui, nos visitar no dia 24 de maio, finalizou o cacique.

Não tendo mais o que relatar, o Sr. Henrique Castro, passou a palavra para o Senhor Presidente que dirigiu-se ao plenário informando que a Diretoria e os líderes da Comunidade haviam feito outra viagem a Manaus e Brasília e a comissão foi composta de: Lúcio Miguel Fontes, Ovídio Cunha Marinho, Pedro Fernandes Machado, Carlos Antônio Fernandes Machado e Álvaro Fernandes Sampaio, e o relatório da viagem seria feito pelo Sr Benedito Fernandes Machado.

Tomando a palavra o líder Benedito Fernandes Machado, dirigiu-se a assembléia afirmando que, ele e seus irmãos Pedro e Carlos Antônio Machado eram da geração nova, alegre e progressista. Desde a sua infância enfrentavam os problemas, porque criaram-se órfãos. Sempre procuraram viver a realidade e no presente. Como todo homem normal, sempre, acreditando no futuro melhor e promissor. Foi por isso que, eles, apesar de serem índios do Pari-Cachoeira, não limitaram-se a criar na região do Rio Tiquiê, mas partiram para o mundo a fim de, na escola da vida aprender as diversas escalas da vida e conhecer as malícias e sutilezas do mundo envolvente que os nossos educadores jamais nos ensinaram. Dessa forma que, Sr. Benedito Fernandes Machado e seus irmãos retornaram à aldeia de Pari-Cachoeira com conhecimento da realidade atual e houve convulsões de trans

formações culturais, educacionais, religiosas, políticas e sociais e, para muitos dos nossos irmãos essa nova situação social foi considerada de escandalosa ou de deturpação na educação pura e tradicional. E com isso ganhamos muitos inimigos, as severas críticas, todavia a sociedade nossa acreditou e viu a lógica do comportamento na atualidade e partiu em busca de novos horizontes.

Por isso, afirmou o líder, aqui estamos, nessa Assembléia Extraordinária, para conduzir, traduzir e transformar uma outra etapa da nossa vida, para impulsionar o novo destino à nossa sociedade, para o bem do futuro de nossos filhos.

Na vida, sempre existiu problema e vai existir, mais é justamente o "PROBLEMA" é que torna o "HOMEM" importante, inteligente, capaz, porque é defrontando-se com o "PROBLEMA" que o "HOMEM" cria novas estratégias e encontra novas soluções.

Afirmou o líder Benedito Fernandes Machado que, faria o relatório pormenorizado, e sim, focar temas principais.

No fim de outubro de 1984, sofremos na nossa área a primeira invasão de garimpeiros aventureiros brancos e pretos, não se sabe vindos de onde... Somavam-se a dez homens; e até maio de 1985 eram mais de dois mil homens. Nós índios, sofremos humilhações diversas, porque eles eram homens violentos, sem comportamento e de compromisso com a vida e ética social. Cansados de abusos e humilhações, após ter demonstrado até a última gota da nossa boa educação com os invasores, confrontamo-nos numa luta física e armada, onde morreram três aventureiros "peões". Para evitar problemas maiores, eu, fui enviado por vocês à Manaus e Brasília para falar com autoridades, onde passei dois meses e retornei a Parí-Cachoeira no fim de janeiro juntamente com uma comitiva da FUNAI, MINTER, MIRAD, INCRA e ITERAM quando, então, fizemos a reunião perguntando sobre o motivo da omissão do governo para o nosso problema. Enquanto isso, os meus irmãos, Pedro e Carlos Machado e bem como Carlos Eugênio Fernandes Machado, o atual secretário enfrentavam 34 garimpeiros, no dia 26 de janeiro, onde demonstraram seu espírito de liderança perante nossos irmãos que estavam no garimpo.

Foi nos momentos de distúrbios é que conhecemos os funcionários da empresa Paranapanema S/A, os quais foram únicos que colaboraram conosco no sentido concreto, sem promessas.

Foi no período de 15 à 20 de fevereiro do corrente ano que chegou no garimpo o Delegado da FUNAI, Sr. Sebastião Amâncio da Costa e com ele estava o Engº Nelson Dorneles da Silva, um dos diretores administrativos da empresa Paranapanema. Quando eles chegaram, nós, do garimpo, estávamos sem rancho, isto é, passando fome e faziam duas semanas. Veja bem povo, frisou o líder, os irmãos Machado sempre estão junto de vocês, do povo, e nos piores momentos sofremos, lutamos, sacrificamos, choramos e até passando pior do que todos, porque no fim de tudo, nós, somos taxados de ruins, de ladrões, e somos ameaçados de morte; e outros até invadem as nossas casas portando armas, isto é, como se lhes fossemos maiores bandidos da região.

Se nosso espírito fosse covarde, não estaríamos aqui, hoje, falando e estimulando, porque nunca fomos covardes e frustrados e fracassados.

Quem se disse líder aproveitando o clima de confusão, tensão, e tentando colocar o povo contra nós desapareceu. Assim que a confusão acabou...

Vejam bem, quem realmente está lutando para o povo e pelo o povo, com o povo, não precisamos enumerar os fatos, porque vocês conhecem muito bem e são testemunhas do nosso trabalho e nossa presença nessa reunião é mais uma prova.

Foi em prol do benéfico e do progresso da coletividade que nós acreditamos por bem, conhecer a empresa Paranapanema S/A, criar laços de amizade e de harmonia.

Nós todos, tínhamos informações de que a empresa era ruim e todo informante diziam-nos para afastarmos dela, porque ela destruía a nossa sociedade. Para deturpar mais a face negra da mineradora, muitos peões garimpeiros, aventureiros, diziam-se funcionários dessa empresa. E nós, índios, conhecemos o comportamento baixo de "peão", e, sendo assim, a imagem que nós

tinhamos da empresa era das piores.

Resumindo, posso afirmar que, eu e meus irmãos achamos por bem empenharmos no campo negro da Paranapanema para sentirmos e conhecermos na nossa pele a dura realidade, para assim podermos levar a real informação junto a vós ou simplesmente o que já sabíamos.

O que nos estimulou a aproximação foi que, todos os informantes que se diziam amigos, só demonstravam o quadro negativo, e positivo, nada. Outra razão foi que, junto aos governantes máximos de nosso País, a nossa sociedade só acumulava problemas, promessas, palavras bonitas, papéis bonitos e resposta principal: "não temos recursos".

Assim o nosso primeiro encontro foi com o Engº Nelson Dorneles da Silva, no início de março deste ano, por seu intermédio encontramos no mesmo mês com o Dr. Octávio Lacombe, Presidente da Paranapanema e demais membros da diretoria e outros funcionários. Essa nossa aproximação e relacionamento junto a mineradora foi feita discretamente para evitar escândalos desnecessários tanto da nossa comunidade quanto da sociedade envolvente para somente depois de concluirmos e tomar conhecimento da realidade e verdade, transmitir a vocês, públicamente. Foi dura essa negociação. Para que todos de Pari-Cachoeira compreendessem a situação real, levamos para Manaus e Brasília, a nossa diretoria, mostramos todos os lugares por onde sô, nós três tínhamos andado e nenhum membro da Diretoria foi morto ou massacrado.

Hoje, nesta Assembléia Geral e Extraordinária, todo o povo está ouvindo o relatório de viva voz, seja de nós três, como da nossa Diretoria.

Hoje, o nosso irmão Henrique Castro e os membros da nossa direção, vangloriam-se dizendo que falaram com o Presidente da FUNAI, Sr Apoena Meireles, com o governador Gilberto Mestrinho, com membros do CMA, Conselho de Segurança Nacional, Superintendente da Polícia Federal de Manaus, com o Chefe do Serviço Nacional de Informações de Manaus e outras autoridades constituídas como se fosse a arte mais fácil. Chegar a falar com autoridades mencionadas pelo nosso companheiro Henrique Castro é

um trabalho difícil, desgastante, exigente, não é todo mundo que tem o acesso a essas autoridades. Para falar com o Chefe da FUNAI já é difícil, imagine, audiência com governador. As audiências conseguidas por nós com autoridades e facilidade de deslocamento foi, graças ao nosso esforço de bom relacionamento com a empresa Paranapanema que colocou a sua infra-estrutura política, econômica, social, ao nosso serviço para que conseguíssemos êxito. Ela não nos prometeu, cumpriu.

Estivemos em Brasília, eu, Benedito Fernandes Machado; o nosso presidente, Lúcio Miguel Fontes, o Álvaro Fernandes Sampaio e Sebastião Amâncio da Costa, Delegado da FUNAI, e quem nos levou foi o Engº Nelson Dorneles da Silva, da Paranapanema S/A, e todas as despesas de viagens da Diretoria da comunidade e líderes foi custeada pela mineradora. Em Brasília nos encontramos com o Dr. Octávio Lacombe, onde expusemos os nossos problemas, previsões de plano de trabalho, melhor coordenação de formas de soluções de problemas em conjunto com a empresa perante o governo; apoio concreto e sem promessa da empresa e outros.

Encontramo-nos com o Deputado Federal Mário Juruna, a quem colocamos ao par da atual situação e de nossas aspirações sobre a demarcação de terra, a fim de que, ele, como parlamentar, desse seu apoio político. Dessa forma o Deputado Federal, nos acompanhou em todas as audiências que tivemos com o Presidente da FUNAI, Dr. Romero Jucá Filho. Como não conseguimos chegar a nenhuma definição sobre a demarcação de terra junto ao Presidente da FUNAI, solicitamos mais uma vez que, o Deputado Federal Mario Juruna conseguisse audiência para os TUKANO com o General Baema Denys, Ministro Chefe do Gabinete Militar e Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional; Dr. Ronaldo Costa Couto, Ministro do Interior e Dr. Romero Jucá Filho, Presidente da FUNAI.

Assim, a audiência foi marcada para o dia 4 de junho do corrente ano, e, nessa reunião colocamos para dois Ministros de Estado, todos os nossos problemas e as razões que nos levava a reivindicar a demarcação da terra de Pari-Cachoeira.

A resposta foi negativa, porque, nós, morávamos na fronteira e na faixa de 150 km, e era impossível a demar-

cação da reserva dentro, ao contrário do que rezava a Legislação.

Foi dialogado de diversos ângulos, porém, o governo foi irredutível e não demarcaria para um só grupo de pessoa, e, ainda mais, sendo na fronteira.

O governo já tinha plano de colonizar a faixa da fronteira com várias etnias e, dessa forma ficou difícil a demarcação. E, como solução, o governo acha viável a criação de Colônia Indígena de Pari-Cachoeira, porque a nossa sociedade indígena já era aculturada e tinha que ser tratada de forma diferente.

A Colônia Indígena consistiria em dividir a terra para cada família, onde o governo garantiria todas as despesas necessárias através da FUNAI e, inclusive, o documento de título de propriedade.

Perguntamos aos dois Ministros de Estado se tinha mesmo dinheiro para criações de "Colônia" e sua real efetivação, isto é, não só criar, mas a de construir, ou seja, no apoio moral, técnico e econômico e não ficar somente na PROMESSA como é o COSTUME DO GOVERNO BRANCO; então, os dois ministros nos garantiram que já dispunham de dinheiro.

Naquele momento, contudo, o Deputado Federal Mário Juruna não acreditou, pois já tinha feito projeto de trabalho para os Xavante junto ao Ministro Baema Denys, e ele, só estava na promessa do "VAI SAIR". Portanto, o Deputado não acreditava nesse dinheiro de PROMESSA GARANTIDA e, mesmo, nós, não estávamos confiantes.

Para reforçar a proposta da criação de Colônia, os Ministros inclusive o Presidente da FUNAI, perguntaram-nos, se, nós, tínhamos o poder de dar a resposta positiva; pois se fosse assim, em 72:00 horas nós receberíamos a resposta positiva do governo.

Explicamos para as autoridades que, não tínhamos condições de dar resposta positiva imediata, porque era um novo problema a ser estudado, e tínhamos que dar conhecimento ao nosso povo, bem como convocar uma Assembléia Geral e Extraordinária pa-

ra tomar uma decisão final, em conjunto.

Aqui estamos hoje, para decidir o nosso destino, o nosso futuro; para assumir o compromisso do nosso objetivo sem omissão, para decisão séria e justa.

Hoje, todos estão informados, esclarecidos, nos mínimos detalhes, por isso, todos estão conscientes. Nós, líderes não escondemos nada e não temos porque esconder, terminou o Sr. Benedito Fernandes Machado.

Para explicar em detalhes sobre a Colônia, o Sr. Benedito Fernandes Machado convidou o Sr. Álvaro Fernandes Sampaio, seu companheiro. Assumindo a palavra, o Sr. Álvaro Fernandes Sampaio, explicou ao plenário sobre a organização da Colônia e a sua necessidade de estruturação econômica, material e técnica e social.

Dentro da história da sociedade envolvente, a branca, a colônia tem vantagem, porque os membros dessa sociedade são prisioneiros de suas propriedades, e nós sempre aprimoramos pela liberdade de nossa propriedade, e isto, é o símbolo da nossa honra. A nossa história sempre é ligada à TERRA, que é a nossa origem. Portanto, o amor à terra é a nossa soberania e, no momento, nós, não estamos preparados para retalhar o nosso solo, porque seria mesmo que destruir a nossa história, a união de nossa fraternidade que vem caminhando ao longo de nossa história.

A Colônia nos transformaria em famílias divididas, e pouquíssimos seriam os beneficiados. Feito os esclarecimentos, o Álvaro Fernandes Sampaio, disse que, não estava impondo idéias ou pedindo a decisão, como também já tinha falado o Sr. Benedito Fernandes Machado, mas, que cada um dos reunidos decidiria como a sua consciência orientava. Porque, cada um estava para demonstrar a sua personalidade para defender o seu direito de ser índio e optar pela segurança de todo povo indígena, terminou o líder.

A seguir o líder Pedro Fernandes Machado, assumiu a palavra e esclareceu os pontos incorretos do relatório do Sr. Henrique Castro, reforçou a posição do Sr. Benedito Fernan-

des Machado e do Sr. Álvaro Fernandes Sampaio.

Explicou o líder que, na tarefa que ele junto com seus irmãos tinham se empenhado em fazer, cumpriram e trouxeram o resultado de seu trabalho.

Agora a decisão era da sociedade unida, e deu sugestões para que cada um explicasse no plenário sobre o que se sentia, e que ninguém estava na reunião para oferecer ou brigar com alguém, e sim para discutir sem medo e chegar a denominador comum, isto é, opinião única e unida sobre a nossa aspiração.

Explicou que tinha muitos elementos da nossa sociedade que sabiam usar palavras intrigantes, fazer ameaças, de revestir-se de valentões na rua, e, quando é para demonstrar seu espírito decisivo, de assumir compromisso, não é capaz. Não vai adiantar falar nada na rua, e tem que ser decidido dentro da reunião, afirmou o líder.

Falou também sobre a invasão de garimpeiros e aventureiros no mês de janeiro deste ano, ocasião em que ele era o encarregado do setor de trabalho ou garimpo e os problemas que enfrentou na frente de seus comandados.

Afirmou que jamais passou no pensamento dele o de abandonar o garimpo, de correr do campo de batalha com medo do "peão". Ao contrário, deu força ao povo, levantou a moral e foi o primeiro a tomar conhecimento da invasão, confirmar sua permanência, e ficou. Não obrigou ninguém ficar e nem deu tiro por cima da cabeça de ninguém para ficar, deixou que cada um escolhesse seu caminho, sua decisão.

O povo ficou, porque o chefe não o abandonou e juntos superaram o problema. Não matou nenhum invasor, nem saqueou. Ao contrário comprou o material dos garimpeiros e mandou de volta, sem machucar ninguém e todo o povo sentiu-se em segurança. E o pessoal que enfrentou comigo como o Carlos Antônio Machado, o Carlos Eugênio Machado, o atual secretário e, muito de vocês que estão neste plenário são estemunhas de que pas-

samos juntos, frisou o líder.

por isso, ele acreditava, que na invasão de gerimpeiros aventureiros na Serra do Ouro, ocorrida no dia 28 de abril deste ano, foi simplesmente a irresponsabilidade dos encarregados e de seus companheiros arruaceiros que, em lugar de se preocupar com a segurança dos trabalhadores, da nossa sociedade, ao contrário, se prontificaram a negociar e fazer acordos clandestinos com estranhos, preocupando-se em pagar uma dívida inexistente a vagabundos e bem como juras de promessa de assassinar líderes da nossa sociedade; quase chegando a vias de fato, mas só que a sua covardia era maior do que sua traição.

As vítimas que, eles, os irresponsáveis, acreditavam frágeis são homens na plenitude, que alcançaram sua posição pelos seus valores, pela sua personalidade, pelo seu respeito e, espírito de liderança. Ninguém pode dizer que falo sem experiência, porque eu passei pela mesma espada, confirmou o Sr. Pedro.

Antes de tudo, os "peões" nem chegaram no setor de trabalho nosso e os encarregados foram os primeiros a espantar o povo com suas imposições absurdas e fazer ameaças gratuitas, exclamou o líder.

A nossa comunidade encontrava-se envolta no problema, e isso exigia uma solução breve, prática e correta.

Junto ao governo era difícil porque a sua desculpa comum era dizer que não tinha recursos e, isso, com mais coisas afora... Portanto, a questão prática de superar o problema era entrar em contato com a mineradora Paranapanema S/A, e logo veríamos o problema amenizar e não era só a Serra do Traíra que tinha riquezas, e tinha outras serras com as mesmas características, e se alguém quisesse dizer que ele estava dando terra para a mineradora, que se manifestasse logo, terminou.

A seguir o Álvaro Fernandes Sampaio reforçou a colocação de Pedro Machado, dizendo que a empresa tinha infra-estrutura garantida e que, os líderes e representantes do povo eram testemunhas, e ninguém tinha o interesse de mentir

ao povo, porque se fosse falso informaria o errado ou seja, que se falarmos falso toda a sociedade perderia.

A orientação estava sendo a mais viável. Depois desta colocação o Presidente da Comunidade deu palavra franca.

Dessa feita falaram os senhores Domingos Sãvio Brandão, Higino Pimentel Tenório, José Marinho dos Santos, afirmando que tinha entendido o exposto e relatado pelos membros de nossa direção maior, era muito claro e lógico, que eles, os nossos dirigentes buscavam o melhor para nossa sociedade, e essa responsabilidade que nossos irmãos corriam era grande, porque enquanto eles na luta, nas preocupações, nós, a sociedade ficamos tranquilos com as nossas esposas e filhos, com nossas famílias, sem se lembrar que tem alguém arriscando sua vida por nós. Estes, só são lembrados quando vamos acusá-los de ladrões ou ameaçando para assassiná-los, frisaram.

Por isso, acreditavam nas informações e só não aceitavam a Colônia Indígena de Pari-Cachoeira, porque ia correr muito sangue de parente e que as decisões finais eles deixariam aos cuidados da Diretoria e dos líderes, porque não entendiam nada de leis e nem dos papéis. O que lhes interessava eram os resultados, os benefícios, que a sociedade conquistaria e eles reiteravam sua compreensão, respeito aos líderes gerais.

Esta colocação foi acatada e aclamada por unanimidade, e, que afirmaram, realmente, haver existido incompreensão com a direção maior e a partir desta reunião cada pessoa procuraria respeitar as autoridades da comunidade.

O Senhor Raimundo Gentil afirmou que, sempre procurou aceitar e defender as opiniões dos chefes gerais, e por isso, foi chamado de "puxa saco", só depois de ter acontecido muitos erros é que a maioria vinha cair na realidade, o que é que eles eram agora: "burros" ou "puxa saco".

A essa altura, o Sr. Henrique Castro, informou que ouviu e analisou a opinião do povo em geral e sempre acatou a decisão do povo. Ele também como todos, acatava e acla

mava todas as opiniões decisivas e não aceitava a Colônia Indígena, porque isso era sinônimo de nossa auto-destruição. Quando nós nos matarmos, o governo estará longe, no seu gabinete, na sua Brasília-DF. Nós nem sabemos como é Brasília, assim ele nem sabe como é Pari-Cachoeira, e temos só informações, e ele também terá, e assim como nós não sabemos a realidade dele.

Por isso, vamos decidir sobre o nosso problema que a empresa Paranapanema S/A é grande e poderosa, e ela tem gente no governo, e portanto, deve garantir a demarcação da nossa terra, afirmou o cacique.

O povo foi unânime em aceitar essa decisão. De acordo com a discussão do plenário o problema da linha de demarcação era na Serra do Traíra, e nós, estávamos, de tanto apanhar, ficando burro; porque sempre vivemos dentro da área demarcada desde a época remota, e temos os caminhos imemoriais que vai do Rio de Mel (IRA) ao Rio Abiú que desemboca no Rio Castanho (Água Negra), que por sua vez vai ao Rio Traíra e são linhas de demarcações naturais que Deus colocou. Portanto, essa é a nossa decisão e os detalhes nos papéis é trabalho para os nossos dirigentes, proclamou o plenário.

A essa colocação do público o Senhor Henrique Castro, afirmou que estava de acordo e que reiterava a sua decisão de que a empresa Paranapanema patrocinasse todas as despesas da demarcação bem como a negociação junto ao governo para concretização desse trabalho.

Esta colocação foi recebida com salva de palmas.

Decidido o plano de demarcação da terra, o Presidente da Comunidade explicou que no garimpo os dirigentes, na ocasião da invasão dos garimpeiros aventureiros na Serra do Traíra, na Serra do Ouro, haviam deixado na vila Bittencourt, uma dívida de CZ\$1.016.259,06 (hum milhão, dezesseis mil, duzentos e cinquenta e nove cruzados e seis centavos) e, esse prejuízo estava sendo cobrado sobre a Diretoria da Comunidade pelo senhor Afonso Pampola Pinto.

Feito as investigações a Diretoria concluiu que

são dívidas de particulares que, usando da boa fé do Senhor Afonso Pampolha Pinto usaram o nome da Comunidade para seus benefícios particulares.

Foi determinado pela Assembléia que cada devedor pagasse a sua dívida e a Diretoria da Comunidade nada tem a ver com esse débito, pois a sociedade em geral, não se beneficiou com nada. Foi dito também que, o pessoal de Taracuã, de Iauaretê e São Gabriel tinha abandonado o garimpo, porque disseram que nunca mataram garimpeiros e que o povo de Pari-Cachoeira aguentasse as consequências de seus atos. Na ocasião tinha poucos de Pari-Cachoeira e foram os últimos a sair da área por falta de armas e rancho.

Sendo assim, o povo de Pari-Cachoeira não deixaria ninguém de São Gabriel, Tarauã e Iauaretê entrar no garimpo, porque a esse pessoal só interessava a nossa riqueza e não eram capazes de defender a terra. Eram covardes.

Diante dessa polêmica o Sr Álvaro Fernandes Sampaio, explicou que os nossos irmãos de Taracuã, Iauaretê, São Gabriel e outros lugares, não estavam acostumados a enfrentar problemas, como nós de Pari-Cachoeira, e nunca encararam situações dramáticas. Então, nós que já temos mais experiências, temos que defendê-los e dar outra oportunidade, e instruí-los desde a entrada a forma de comportamento e para defesa de nosso território. Também não era interessante criarmos desunião e intrigas com nossos irmãos de sangue, pois, éramos vizinhos e a nova oportunidade que dermos a eles estimulará para compreensão de nossa política e objetivo.

Essa colocação foi reforçada pelo Pedro Machado e Benedito Machado e novamente foi acalmado os ânimos do povo, e, para conclusão, decidiram dar outra oportunidade aos vizinhos desde que os "barra pesadas" de Peri-Cachoeira seguissem na frente para reocupar o garimpo que se encontrava aos cuidados da Polícia Militar do Estado. Para dirigir o garimpo foi aclamado o Senhor Cláudio Lemos Barreto, acessorado por pessoas de experiências para enfrentar os problemas. Para trazer a mensagem do povo de Pari-Cachoeira ao governo foram designados, o Presidente da Comunidade, Sr Lúcio Miguel Fontes, o Líder Geral, Sr. Benedito Fernandes Machado, o Sr. Álvaro Fernandes Sampaio, Procurador e

Higino Pimentel Tenório, como líder adjunto.

Também o Sr. Henrique Castro juntamente com Carlos Eugênio Machado prontificou-se a viajar para Manaus a fim de participar do curso de capacitação de líderes indígenas que o CIMI vai promover nos dias 2 à 13 de julho do corrente mês.

Não havendo mais nada a tratar foi lavrada esta ata por mim, Carlos Eugênio Fernandes Machado, secretário da União da Comunidade Indígena do Rio Tiquié . UCIRT - Pari-Cachoeira/Am., e vai assinada pela Diretoria.

Pari-Cachoeira/Am, 9 de junho de 1986.

Lúcio Miguel Fontes

LÚCIO MIGUEL FONTES
Presidente

OVÍDIO CUNHA MARINHO
Vide-Presidente

CARLOS EUGÊNIO FERNANDES MACHADO
Secretário

No impedimento:

Benedito Fernandes Machado
BENEDITO FERNANDES MACHADO
Líder Geral e Porta-Voz

Higino Pimentel Tenório
HIGINO PIMENTEL TENÓRIO
Líder Adjunto

Álvaro Fernandes Sampaio
ÁLVARO FERNANDES SAMPAIO
Líder e Procurador